

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA DE ANÁPOLIS GO

Sarah Honório da Luz¹

Prof. Dr. Mirza Seabra Toschi²

RESUMO

Objetiva-se com este estudo analisar de que maneira as escolas do Ensino Fundamental de Anápolis têm cumprido sua responsabilidade social em relação à educação ambiental. A justificativa desta pesquisa está em a escola tomar para si o desafio de contribuir para a formação de alunos socialmente responsáveis pelo meio ambiente. Dessa forma propicia aos estudantes o desenvolvimento humano, cultural, ambiental, científicos e tecnológicos, de modo que adquiram condições para enfrentar as exigências da atualidade, sendo a educação ambiental responsável pela formação do sujeito ecológico. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, respaldada pela pesquisa bibliográfica utilizando obras de autores como Carvalho (2008); Gadotti (2001); Gutierrez (2001); Jacobi (2003); Dias (2010) dentre outros. O local da pesquisa foram três instituições públicas de ensino da cidade de Anápolis-GO. O instrumento de coleta de dados foi um questionário. Como sujeitos da pesquisa participaram alunos, professores gestores. Concluiu-se que as três unidades escolares pesquisadas desenvolvem a Educação Ambiental, cada uma à sua maneira, o que se percebeu é a necessidade de maior profundidade e maior comprometimento de todos os envolvidos com a questão ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental e responsabilidade Social. Sujeito Ecológico. Responsabilidade socioambiental e educação.

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo aborda uma problemática fundamental: o papel da Educação Ambiental (EA) na formação do sujeito contemporâneo (sujeito ecológico) no que diz respeito à construção da responsabilidade socioambiental individual. Isso é fundamental porque não estamos diante de problemas ambientais causados por "alguém". Quase sempre esse "alguém" é impreciso, indefinido: grandes indústrias, hospitais, pessoas que não possuem educação social, etc. Estamos, portanto, diante de problemas socioambientais - esse conceito/categoria é fundamental na

¹ Mestranda em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA - 2012

² Orientadora

dissertação, além de ser um conceito ainda inexplorado, trata-se de um trabalho importante, e com grande valor científico.

É importante observar que a sociedade tem sido grandemente alertada sobre a necessidade de preservar o meio ambiente, para essa e futuras gerações. A responsabilidade social e a educação ambiental são questões debatidas em quase todas as esferas sociais, com maior relevância na escola, onde se configura espaço de reprodução e formação de opinião.

A pesquisa procurou responder ao seguinte questionamento: Qual a concepção de Educação Ambiental dos alunos e professores da escola pública?

O objetivo geral é analisar de que forma as escolas de Ensino Fundamental de Anápolis têm cumprido a sua responsabilidade social em relação à educação ambiental. Em específico, buscar e analisar as concepções de educação ambiental de alunos, professores e gestores das escolas pesquisadas; identificar e analisar a relação que os gestores fazem entre Educação Ambiental e Responsabilidade Social; identificar se o Projeto Político Pedagógico das escolas fazem referência à Educação Ambiental; conhecer e analisar a formação para Educação Ambiental que professores e gestores tiveram.

A justificativa do estudo surge da necessidade de compreender porque a escola deve assumir o desafio de contribuir para a formação de alunos socialmente responsáveis pelo meio ambiente. Dessa forma, a escola pode propiciar aos estudantes o desenvolvimento humano, cultural, ambiental, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para enfrentar as exigências do mundo atual, sendo a educação ambiental responsável pela formação do sujeito ecológico.

O método de pesquisa utilizado foi a pesquisa exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, que buscou conhecer a maneira como a Educação Ambiental tem sido abordada dentro do currículo escolar do ensino fundamental de algumas escolas de Anápolis-GO.

A pesquisa foi realizada em três instituições de ensino da cidade de Anápolis, sendo duas da rede estadual e uma da rede municipal de ensino. Vale acrescentar que estas unidades apresentaram melhores índices no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica conforme, dados do ano de 2010. Fizeram parte da pesquisa como sujeitos, três coordenadores e três gestores, doze professores e noventa alunos.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas fechadas que se propôs conhecer como está sendo proposta a Educação Ambiental para o ensino fundamental nas escolas públicas.

O resultado apontou que todas as escolas pesquisadas estão trabalhando a Educação Ambiental, com projetos e disciplina específica da matriz curricular; constatou também a necessidade de formação para a Educação Ambiental.

REVISÃO DA LITERATURA

1 Responsabilidade social e educação ambiental: conceitos e fundamentos sócio-históricos

Responsabilidade social e educação ambiental são questões amplamente debatidas na sociedade contemporânea (SOARES, 2008), devido à necessidade de conscientização da população quanto ao perigo de uma eminente destruição do planeta. São catástrofes ambientais causando grandes perdas e fica a reflexão de que poderiam ser evitadas se mais cedo houvesse sido inserida na sociedade a ideia da importância do uso controlado e responsável dos recursos naturais.

Ao se refletir sobre os problemas ambientais, infelizmente tão comuns atualmente e da responsabilidade do ser humano na geração dos mesmos, pretende-se com este capítulo apresentar conceitos e fundamentos quanto à responsabilidade social e educação ambiental. Abordando ainda questões relacionadas à sustentabilidade, Educação Ambiental e os movimentos ecológicos, Ecosofia, Ecopedagogia, Ética, Cidadania e as concepções de Educação Ambiental.

Desse modo, a reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental envolvendo a sociedade. É o que observa Soares:

A sociedade vive uma época de intensas modificações sociais que estão atreladas aos recursos oriundos da natureza, pensados, de forma errônea, que são inesgotáveis. Esta é a razão pela qual se dá de forma acelerada e contínua a exploração dos recursos e ao mesmo tempo o descuido com o espaço geográfico, bem como a forma desordenada da expropriação e de consumo, tudo em nome de uma corrida mercadológica que acirra cada vez mais as desigualdades sociais, devido à miséria de quem está à margem e o descompromisso dos que detêm o poder (SOARES, 2008, p. 1).

Desta forma, sendo o homem um ser tanto natural como social, não se pode falar de meio ambiente sem fazer relação a este homem. Afinal, as inúmeras condições de vida, subsistência e de sua sobrevivência, independente da sociedade a qual pertença, emana da natureza.

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar (ROCHA, 2008).

Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Segundo Alves (*apud* BOFF, 2003), “a sociedade está próxima de um momento crítico de sua existência terrestre, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro ou formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a vida e a diversidade” (p. 35).

A humanidade é marcada de exemplos do domínio da natureza pelo homem. Após a Revolução Industrial, período marcado por transformações tecnológicas, culturais e políticas o quadro agravou-se sensivelmente e, hoje, a sociedade se vê frente a problemas ambientais (efeito estufa, rompimento da camada de ozônio, chuva ácida, devastação da floresta tropical, desertificação, e outros).

A humanidade encontra-se num momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. (AGENDA 21, Preâmbulo, 1992, p. 1).

As dificuldades sociais têm dificultado e muito a vida do ser humano na Terra, a falta de compromisso com a preservação ambiental, é algo que tem de ser combatida, pois, despoluir o ambiente hoje é uma questão de sobrevivência da humanidade. Exercer o uso racional e sustentável dos recursos naturais renováveis e não-renováveis irá depender muito de como o ser humano irá interagir com o meio a partir da educação ambiental.

Guimarães (2008) define responsabilidade social como sendo uma guardiã da consciência social, agente decisório de seus problemas, exigindo do cidadão simplesmente que este assuma responsabilidade pelos problemas sociais, por questões sociais, por metas políticas e ambientais, entendendo assim que ela é um processo que envolve os diversos segmentos da sociedade, ou seja, cidadãos, consumidores, organizações públicas ou privadas, comunidades e escola.

Responsabilidade social é a capacidade de colaborar com a sociedade, considerando seus valores, normas e expectativas para o alcance de seus objetivos. No entanto, o simples cumprimento das obrigações legais, previamente determinadas pela sociedade, não será considerado como - comportamento socialmente responsável, mas como obrigação contratual óbvia, aqui também denominada obrigação social. (OLIVEIRA, 1984, p. 205).

Quanto ao tema responsabilidade social existem vários conceitos. Segundo Oliveira, para uns, é tomada como responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é comportamento socialmente responsável em que se observa à ética, e, para outros, ainda, não passa de contribuições de caridade (OLIVEIRA, 2008). Entende-se, então, que o fato de coexistirem diversas acepções desta expressão reforça a construção de um conceito.

As entidades governamentais por sua vez devem promover estratégias que visem à conscientização da população em geral para criação de programas de incentivo para a responsabilidade social, bem como na promoção de condições dignas para a população, tendo em vista que num país de desigualdade social tão grande, escolas públicas de baixa qualidade, a falta de saneamento básico, coleta de lixo seletivo, saúde, lazer, dentre outros, exercer a responsabilidade social é ação difícil de ser conduzida.

Sendo assim, é possível entender que a realidade presente e futuro, advinda de erros passados, só poderá ser modificada se houver um comprometimento globalizado de toda a sociedade. “Organização, participação, cooperação, solidariedade, confiança e iniciativa se constituem a base de um novo modelo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável” (MASSA *et al*, 2009, p. 7).

A responsabilidade social é parte intrínseca da sustentabilidade, ou seja, não há sustentabilidade sem responsabilidade social, advindo daí, a necessidade da Educação Ambiental (EA), que surgiu como um processo capaz de contribuir na

transformação da sociedade e minimizar a exclusão social e a degradação socioambiental (ESPÍRITO SANTO, 2008).

A ciência avançou em grandes proporções nos séculos XX e XXI, com isso a tecnologia e a Ciência tornaram parceiras inseparáveis, porém, as dimensões da influência no meio ambiente não foram devidamente dimensionadas e pensadas por seus idealizadores, quanto ao efeito que causariam à humanidade, ou seja, o avanço tecnológico pensou somente no presente, sem refletir as consequências futuras. Hans Jonas, desacreditado dos rumos pelas quais andava a tecnologia, após a Segunda Guerra Mundial, preconizou os sérios riscos pelas quais passaria a humanidade, sendo que a ciência colocaria a ética em crise, de suas reflexões deu-se origem a responsabilidade social, tema de grande relevância e discussão na sociedade pós-moderna.

A ética assume uma tarefa reflexiva em relação a tecnologia. Um apelo para o uso responsável desse poder onipotente, um alerta aos que detém o poder científico e político, em relação ao fato de estarmos diante de um planeta frágil e vulnerável. Só assim nos tornaremos responsáveis de um futuro que deve continuar possível par as gerações presentes e futuras [...] (ZANCANARO, 2003, p.59)

O que se percebe na fala do autor é que discutir o futuro da humanidade não é mais idealismo, nem mais somente a ética com toda sua força e responsabilidade, mas questão de sobrevivência, e a educação ambiental como proposta pedagógica tem o poder de transformar as práticas humanas, portanto, a escola não pode abrir mão desse recurso de extrema importância.

O homem é responsável pelos acontecimentos, por tudo aquilo que faz e pelo poder que exerce em relação a eles.

A Educação Ambiental tornou-se primordial, uma vez que poderá desenvolver suportes críticos e analíticos à formação do cidadão brasileiro, capazes de lhe possibilitar avaliar a sua posição diante da aldeia global. As dimensões sócio-econômicas que tal postura implica e as possibilidades de inferir o meio, defendendo-o e desfrutando de seus recursos, em particular, ambientais, diferindo o ideal – “otimização” dos recursos -, ao real – possibilidades de sua utilização.

Ao se refletir sobre a função social da educação e da escola, é possível entender a educação no sentido amplo, ou seja, enquanto prática social que se dá

nas relações sociais que os homens estabelecem entre si nas diversas instituições e movimentos sociais (BRASIL, 2006).

A educação como prática social que se desenvolve nas relações estabelecidas entre os grupos, seja na escola ou em outras esferas se caracteriza “na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e mais amplamente nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classes” (FRIGOTTO, 1999, p. 25).

A escola, uma das primeiras instituições a receber cota de responsabilidade, por constituir espaço privilegiado para a sensibilização dos alunos, representa um local fundamental de fortalecimento e de formação para a cidadania para se discutir as questões ambientais.

Vale acrescentar que se não houver a mudança de comportamento e atitudes da sociedade com a educação informal e a educação formal com a presença na escola na formação do sujeito ecológico – “Um sujeito consciente de seus direitos, questionador, que esta pronto para reivindicar ações que promovam o diferencial ecológico, quando se trata de meio ambiente” (CARVALHO, 2004), provavelmente, restarão poucas chances de sobrevivência do nosso planeta. Esse conceito de sujeito ecológico será trabalhado mais à frente. A esse respeito explica Carvalho (2008, p.177), “as ações humanas são multideterminadas, e há muitos fatores em jogo na relação entre atitudes e comportamentos”. A referida autora esclarece ainda as diferenças existentes entre atitudes e comportamentos, mencionando que:

A atitude difere do comportamento, pois atitudes são predisposições para que um indivíduo se comporte de tal ou qual maneira, e assim podem ser preditivas de comportamento. Os comportamentos são as ações observáveis, efetivamente realizadas, e podem estar ou não de acordo com a atitude do sujeito que podem comportar-se contrariamente à suas atitudes (CARVALHO, 2008, p. 177).

Pode-se observar, então, que a diferença entre atitude e comportamento influencia as várias formas de compreender a prática educativa.

A ecopedagogia como movimento social e político surgiu na sociedade através das organizações tanto de educadores quanto de ecologistas e de trabalhadores e empresários, preocupados com o meio ambiente (GADOTTI, 2000).

O movimento pela Ecopedagogia está atrelado ao movimento histórico-social, “fundamentada na ética, numa visão política do ser humano, numa visão sustentável da educação e da sociedade” (GADOTTI, 1999, p.183). Além do desafio da

sociedade sustentável de hoje, é preciso criar novas formas de ser e de estar neste mundo (GUTIERREZ; PRADO, 1999, p.34). Para que o desenvolvimento sustentável aconteça é necessária a mudança de visão, propondo condições de mudança social.

Nesse sentido, a noção de cidadania planetária é baseada numa “visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial” (GADOTTI, 2000, p.135). Uma sociedade planetária utiliza a interatividade, e requerem processos pedagógicos abertos, dinâmicos e criativos como sujeitos do processo, mantendo atitude de aprendizagem permanente, relacionando conforme a mediação pedagógica. Essa atitude de aprendizagem desenvolve as próprias capacidades.

2 A escola a educação ambiental

A educação básica brasileira está apoiada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da Lei - 9394/96 que estabelece no art. 21 a formação pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, oferecendo as crianças, formação escolar, vinculada a mundo do trabalho e as práticas sociais.

No cenário educacional brasileiro vigente, estão registrados mais de 50 milhões de estudantes matriculados na educação básica nas redes públicas e particulares. Esses dados são importantes para se compreender que no Brasil, a educação avança, embora ainda, exista a necessidade de maior qualificação profissional com a formação continuada, aprimorando o ensino oferecido as crianças, adolescentes e jovens (BRASIL. MEC, 2010).

Às práticas sociais e educação escolar está vinculada a formação do cidadão para viver em perfeita harmonia com meio ambiente, assim, este capítulo tem como principal objetivo mostrar a importância da escola nas questões relacionada à Educação Ambiental e o papel que tem o Projeto Político Pedagógico na implementação de ações que visem à conscientização teórico-prático dos alunos quanto à EA, visto que o mesmo é elaborado juntamente com a comunidade escolar, ou seja, gestores, coordenadores, professores, alunos e pais de alunos. O referido capítulo trata ainda de assuntos como o Programa Nacional de Educação Ambiental, Parâmetros Curriculares Nacionais e conceitos quanto à formação do sujeito ecológico.

A educação tem dimensão política, refletindo diretamente na sociedade. Neste contexto percebe-se a relação direta entre a Responsabilidade Social, Projeto

Político Pedagógico e a Educação Ambiental A prática educativa forma o sujeito humano enquanto ser social, nas relações com o mundo tornando responsável. Essa tomada de posição de atitude inclui a responsabilidade com os outros e com o meio ambiente que deve estar inserida como meta do Projeto Político Pedagógico de qualquer unidade escolar, valorizando a Educação Ambiental.

Os educadores ambientais têm mais sensibilidade para trabalhar as questões ambientais em função de sua didática e facilidade de compreensão política e social do mundo, e por trabalharem de forma transversal esse tema, possuem uma maior abrangência.

Não raramente a escola atua como mantenedora e reprodutora de uma cultura que é predatória ao ambiente. Nesse caso, as reflexões que dão início à implementação da Educação Ambiental devem contemplar aspectos que não apenas possam gerar alternativas para a superação desse quadro, mas que o invertam, de modo a produzir consequências benéficas, favorecendo a paulatina compreensão global da fundamental importância de todas as formas de vida coexistentes em nosso planeta, do meio em que estão inseridas, e o desenvolvimento do respeito mútuo entre todos os diferentes membros de nossa espécie (CURRIE, 1998 *apud* RUY, 2007, p. 1).

A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis. Deve ainda ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (BRASIL, 2003) ou seja, a EA deve acontecer em todas as áreas em que os seres humanos estejam inseridos.

A Educação Ambiental deve ser uma prática permanente no processo ensino-aprendizagem, tendo na escola seu lugar privilegiado, porque é nela que seus integrantes como professores, alunos, diretores, funcionários e a comunidade deve viver na sua prática o seu valor, pois o processo de conhecimento no âmbito da visão da EA deve acontecer de forma coletiva (SILVA; SALES, 2002, p. 5).

A Educação Ambiental envolve todos os aspectos (sociais, físicos, culturais), e o ideal seria ensinar para a criança desde cedo a perceber o mundo como uma totalidade, ou seja, tudo se relaciona com tudo.

Em 1997, ou seja, três anos após a elaboração do ProNEA, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Este trouxe em seu bojo temas transversais e entre estes está o que se relaciona ao meio ambiente. Pode-se dizer

que foi elaborada uma proposta, ou seja, um compromisso com a identidade do educador ambiental, isto dependendo do que for aceito como representação do ambiente, determinando as ações pedagógicas. A finalidade deste é orientar de forma transversal, com o envolvimento de todas as disciplinas, a educação ambiental, atrelando-a ao tema desenvolvimento sustentável (PAULA; SILVA; PAULA; SILVA, 2010).

3 Educação ambiental: reflexões críticas

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa. Para Demo (2001, p.31), a informação qualitativa é assim, comunicativamente trabalhada e retrabalhada, para que duas condições sejam satisfeitas: “do ponto de vista do entrevistado, ter confiança de que se expressou como queria; do ponto de vista do entrevistador, ter a confiança de que obteve o que procurava ou de que realizou a proposta”.

A pesquisa foi desenvolvida em três momentos. O primeiro momento contemplou pesquisa bibliográfica acerca da base teórico-conceitual da investigação, sendo utilizados os dados para a construção do embasamento teórico. Em seguida, foi realizada pesquisa de campo com gestores, professores e alunos do 7º ano Ensino do Ensino Fundamental de uma escola municipal e do 9º ano de duas escolas estaduais situadas na cidade de Anápolis-GO.

A Escola Municipal LA foi fundada em 1968, para atender a comunidade da Vila Formosa que surgiu a partir de um conjunto residencial financiado pela Caixa Econômica Federal. O prédio foi doação do Lions Clube de Anápolis. Na época a vila contava com apenas duas etapas construídas, o atendimento era de primeira a quartas séries.

O Colégio Estadual VP foi criado para atender a comunidade local, construído no Governo Íris Rezende Machado, em 1984, no projeto mutirão das mil salas de aula. Conforme dados da secretaria da escola, em 2011, conta com 118 alunos matriculados nos turnos matutino e vespertino e 143 no noturno.

O Colégio da MT conta, atualmente, com 1695 alunos, distribuídos nos três turnos, oferecendo ensino formal para ensino fundamental e médio, diversas práticas esportivas, tais como judô, karatê, capoeira, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, xadrez, dança e são ministradas aulas de civismo e cidadania, base fundamental para a formação de alunos e cidadãos conscientes. A unidade tem como missão o desafio de uma educação de qualidade, que busque contribuir na

transformação da realidade do país, promovendo o bem comum, o desenvolvimento sustentável, a solidariedade, a justiça, a inclusão social, o respeito à vida, à paz e ao patriotismo, a fim de formar cidadãos conscientes e atuantes no exercício de seus direitos e deveres. O lema da instituição é “Escola de Civismo e Cidadania”.

Participaram da pesquisa quatro professores de cada instituição.

Tabela 1 – Perfil dos professores

	Escola 1 LA		Escola 2 VP		Escola 3 MT	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Sexo						
Masculino	-	-	-	-	2	50%
Feminino	4	100%	4	100%	2	50%
Total	4	100%	4	100%	4	100%
Faixa etária						
De 19 a 25 anos	-	-	-	-	-	-
De 26 a 34 anos	1	25%	-	-	-	-
Acima de 35 anos	3	75%	4	100%	4	100%
Total	4	100%	4	100%	4	100%
Formação Acadêmica						
Superior	-	-	-	50%	-	-
Superior incompleto	-	-	-	-	-	-
Especialização	4	100%	2	50%	4	100%
Mestrado (cursando)	-	-	-	-	-	-
Doutorado	-	-	-	-	-	-
Doutorado incompleto	-	-	-	-	-	-
Total	4	100%	4	100%	4	100%

FONTE: Elaborado pela autora a partir das respostas aos questionários

Como se pode observar, a maioria dos professores que participaram da pesquisa são do sexo feminino (Escola 1; 100%; Escola 2; 100%, Escola 3 50%) sendo que a maioria possuem idades acima de 35 anos a maioria também possui especialização (Escola 1, 100%; Escola 2, 50%; Escola 3, 100%). É importante observar que, os possuem formação acadêmica e especialização, onde pode oferecer melhor qualificação para a prática docente.

Quanto a graduação dos professores entrevistados verificou que sua formação acadêmica é a seguinte: **Escola 1:** D1 – Pedagogia; D2 – Não especificou; D3 - Letras e D4 – Geografia. **Escola 2:** D1 – Geografia; D2 – Biologia; D3 – Letras e D4 – Letras. **Escola 3:** D1 –Geografia; D2 – Geografia; D3 – Física e D4 – Química.

A formação continuada do professor é uma questão que vem sendo bastante discutida atualmente, pois, vivemos em uma época em que todos os segmentos sociais buscam qualidade em suas atividades e na apresentação do trabalho docente não é diferente, o professor precisa se qualificar e pesquisar, pois ambas no ensino deve andar juntos como bem explica Paulo Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar; constando, intervenho; intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar e anunciar a novidade (FREIRE, 1987, p. 32).

Desse modo, embora apresentado um nível bom de qualificação docente, é interessante que haja maior incentivo para a formação dos profissionais em serviço, garantindo assim, uma educação de qualidade.

Participaram da pesquisa o Gestor e um Coordenador Pedagógico de cada instituição.

Tabela 2 – Perfil dos gestores

	Escola 1 LA		Escola 2 VP		Escola 3 CT	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Sexo						
Masculino	-	-	-	-	1	50%
Feminino	<u>2</u>	<u>100%</u>	<u>2</u>	<u>100%</u>	<u>1</u>	<u>50%</u>
Total	2	100%	2	100%	2	100%
Faixa etária						
De 19 a 25 anos	-	-	-	-	-	-
De 26 a 34 anos	1	50%	-	-	-	-
Acima de 35 anos	<u>1</u>	<u>50%</u>	<u>2</u>	<u>100%</u>	<u>2</u>	<u>100%</u>
Total	2	100%	2	100%	2	100%
Form. Acadêmica						
Superior	-	-	-	-	-	-
Superior incompleto	-	-	-	-	-	-
Especialização	2	100%	2	100%	2	100%
Mestrado (cursando)	-	-	-	-	-	-
Doutorado	-	-	-	-	-	-
Doutorado incompleto	-	-	-	-	-	-
Total	2	100%	2	100%	2	100%

FONTE: Elaborado pela autora a partir das respostas aos questionários

Pode-se observar que em duas escolas (1 e 2), 100% dos gestores são do sexo feminino, enquanto que em uma delas (3) 50% são do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Do total de entrevistados, 75% tinham idades acima de 35 anos

100% possuíam cursos de especialização. Ser graduado e possuir especialização não significa que possuem conhecimento teórico sobre a EA. A equipe gestora precisa ter uma visão ampla, há necessidade de conhecimento epistemológico, de uma formação continuada, de um projeto político pedagógico articulado as necessidades atuais, incentivando formação do sujeito ecológico. Segundo (ZACANARO, *apud* NOAL, 2003) torna-se necessária uma ética de responsabilidade com o futuro.

3.3.3 Perfil dos Alunos

Participaram da pesquisa 28 alunos da Escola 1, 21 alunos da Escola 2 e 27 alunos da Escola 3.

Tabela 3 – Perfil dos alunos

	Escola 1 LA		Escola 2 VP		Escola 3 CT	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Sexo						
Masculino	11	39%	8	38%	9	33%
Feminino	17	61%	13	62%	18	67%
Total	28	100%	21	100%	27	100%
Faixa etária						
De 10 a 12 anos	4	16%	7	33%	12	48%
13 anos	5	20%	11	53%	11	44%
14 anos	2	8%	3	14%	-	-
Acima de 14 anos	28	100%	21	100%	27	100%
Total						

FONTE: Elaborado pela autora a partir das respostas aos questionários

Quanto aos dados colhidos neste quesito, denota-se que a predominância é do sexo feminino. Quanto à faixa etária dos alunos, a maioria está na faixa de 10 a 12 anos, seguida por aqueles que estão com 14 anos.

A população estudantil deste estudo é bastante jovem, mas madura o suficiente para compreender a responsabilidade do cuidado com o meio ambiente, e a escola deve ser espaço propício para essa aprendizagem.

A educação acontece como parte da ação humana de transformar a natureza em cultura atribuindo-lhe sentidos, trazendo-a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida. O educador é por 'natureza' um intérprete, não apenas porque todos os humanos o são, mas também por ofício,

uma vez que educar é ser mediador, tradutor de mundos. Ele está sempre envolvido na tarefa reflexiva que implica provocar outras leituras da vida, novas compreensões e versões possíveis sobre o mundo e sobra nossa ação no mundo. (CARVALHO, 2008, p. 77)

Pode ser percebido na fala da autora, o valor e a necessidade do educador traçar estratégias que alcancem de forma positiva a formação do conhecimento no aluno quanto à questão ambiental.

As ações de EA nas instituições escolares servirão como base de apoio as autoridades ambientais, como disseminadoras de atitudes e valores que versam a preservação do meio ambiente.

Com este pensamento, o foco desta pesquisa foi compreender como as unidades escolares estão direcionando suas atividades em prol da educação ambiental como ferramenta formadora da responsabilidade social. Para tanto, as respostas aos questionários com os gestores, educadores e alunos foram analisadas e apresentadas em categorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão respondeu o objetivo geral da pesquisa que foi analisar de que forma as escolas de Ensino Fundamental de Anápolis cumprem a sua responsabilidade social em relação à educação ambiental, bem como a forma que realiza o cumprimento de sua responsabilidade socioambiental.

De acordo com a pesquisa, pode ser observado que as escolas procuram trabalhar a EA em seu currículo de nas atividades rotineiras da instituição, porém, o resultado aponta que esse trabalho pode ser melhorado, pois é realizado de maneira superficial, o que sugere a necessidade de maior aquisição de conhecimento teórico.

A aplicação da EA acontece com intencionalidade, de forma pouco contextualizada e significativa, dentro de uma prática às vezes sem fundamentação teórica caracterizando-se como uma formação ambiental ainda conservadora.

Em relação a esse fato, a pesquisa comprovou que, independentemente de não ter formação para trabalhar a EA, os professores, juntamente com os gestores, procuram por meio da vontade e criatividade cumprir o que esta na legislação, ou seja, cumprem com a sua responsabilidade social, mas cabe ainda, a formação continuada dos profissionais dessas instituições analisadas.

Assim sendo, é fundamental que os responsáveis pelo ensino, ou seja, toda a comunidade escolar - professor, grupo gestor, funcionários -, recebam e estejam preparados para a realização desta tarefa, daí a importância da formação que, infelizmente, como ficou comprovado pela pesquisa de campo empreendida, jamais ocorreu nas escolas que participaram do estudo e não há nem expectativa quanto ao oferecimento de cursos preparatórios nesta área.

Em relação à questão ambiental, a formação de atitudes ecológicas é fundamental, pois permite o enfrentamento dos problemas, visto que todos, de forma indistinta, contribuíram ou ainda contribuí com algum tipo de dano ao meio ambiente.

Ao término desse, espera-se, a partir da tomada de conhecimento da realidade apresentada no cômputo geral do mesmo, que surjam novos horizontes, possibilitando que a Educação Ambiental seja uma realidade no meio educacional.

Conclui-se, frisando sobre a importância da ação, como sendo a principal arma, quando almeja que aconteça uma grande revolução, neste caso, de ideias, teorias e práticas ambientais, conformando com as ideias de Carvalho (2008) que aborda sobre a necessidade da ação, também compreendida como uma ação política. O sujeito da ação política é aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletiva. Conforme Reigota (2006) e Carvalho (2008) a Educação Ambiental é uma ação política.

Sugere-se que o educador ambiental trabalhe dentro de uma práxis, de uma prática pensada, refletida, fundamentada, formando sujeitos ecológicos, capazes de agir e refletir sobre o meio ambiente de uma forma crítica e responsável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elder Paulo. **Educação Ambiental**: uma das mais importantes exigências educacionais. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/54760/1/EDUCACAO-AMBIENTAL>>ml> Capturado em: 10 de abr 2011.

AGENDA 21 – **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed Brasília: Senado Federal, 1992.

BARBOSA, Luciano Chagas. **Políticas Públicas de Educação Ambiental numa sociedade de risco**: Tendências e desafios no Brasil. IV Encontro Nacional da Anppas 4, 5 e 6 de junho de 2008. Brasília-DF, Brasil. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao11.pdf> Capturado em: 08 de fev 2011

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **A afetividade do direito à informação ambiental**. Dissertação de Mestrado, Brasília-DF, outubro de 2004. Disponível em: <http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/LucivaldoBarros.pdf> Capturado em: 10 de abr 2011.

BERGARA, Mariaren Lagundial Kastola. **Agenda Escolar 21: rumo ao desenvolvimento sustentável 1**. Congresso....1999. Disponível em: http://www.lestonnac.org/web_congres/pdf/agenda21_bergara_portu.pdf Capturado em: 09 de abr 2011.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOLEIZ JÚNIOR, Flávio. **A Carta da Terra na perspectiva da Educação: a educação como instrumento transformador de paradigmas**. GRUTEUSP - Grupo de Trabalho de Ecopedagogia Faculdade de Educação – USP. 2001. Disponível em: http://www.forumeducacao.hpg.ig.com.br/ecopedagogia /cartaterra_1.htm. Capturado em: 13 de mar 2011.

BORBA, Odiones de Fátima; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Eixo urbano Goiânia/GO, Anápolis/GO, Brasília/DF e seu entorno: uma análise da dinâmica urbana por meio da expansão da educação superior, pós 1990, Goiânia, 2007**.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Gestão da Educação Escolar**. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arqu>> Capturado em: 10 de abr 2011.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 2003. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/servicos/biblioteca/pronea__ltima_vers_o.pdf> Capturado em: 17 de mar 2011.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental/ProNEA**. 3ª edição. MMA, Brasília, 2004.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm Capturado em: 30 out. 2011.

BUENO, Aline Chitero; OLIVEIRA, Edilson Moreira de. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a problemática ambiental. **Revista Travessias**. s/n, Disponível em: http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_005/artigos/> Capturado em 17 de mar 2011.